



**Estratégia**  
Concursos

**4° SIMULADO**

**TJRJ**

**ANALISTA JUDICIÁRIO**  
**SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 4º Simulado TJ-RJ Analista Judiciário

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-28-03>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

## PORTUGUÊS

### Vale a pena investir em prevenção para evitar o bullying

Quando uma pessoa se sente prejudicada pelo ato de outra, uma das formas de ser compensada é por uma indenização financeira, conseguida através do Poder Judiciário. Indenizar quer dizer reparar.

Têm certas coisas que dificilmente vão ser reparadas pelo dinheiro, principalmente quando dizem respeito à esfera moral.

Todo mundo já ouviu falar do bullying, que apesar de ser um fenômeno antigo e permear todos os tipos de relações sociais, parece algo moderno e que se restringe à relação entre alunos de uma escola.

Bullying é um termo usado para descrever a vitimização de uma pessoa por outra, com o intuito de demonstrar seu poder. Pode variar de ofensas verbais até atos físicos violentos.

A vítima geralmente tem características pessoais mais frágeis como, por exemplo, ser tímido ou apresentar algum aspecto físico marcante.

Em Belo Horizonte, um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem, praticado o bullying.

Há dois anos, colocou-lhe apelidos e fez insinuações maldosas. O juiz considerou que para tudo há um limite. Para os pais do rapaz, suas atitudes não passaram de brincadeira.

A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno, como transferi-lo de sala e repreendê-lo. Porém, as ofensas continuaram, sendo necessária a interferência da Justiça.

Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido. Não acredito que a indenização vá cicatrizar a ferida de um ou transformar a conduta do outro. Apenas servirá para que o sofrimento da garota seja vingado e o comportamento do rapaz punido (a punição será para seus pais).

### Mudança efetiva

Esse tipo de violência tem acontecido muito em ambiente escolar. Há versões modernas como o cyberbullying, que são agressões via internet ou celular. Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação. Na verdade, a repressão impede uma mudança efetiva.

Apesar desses atos serem frequentes, pouco espaço tem existido nas escolas para reflexão, havendo apenas ações repressivas quando eles vêm à tona. Ora, o ser humano tem um lado agressivo e negá-lo ou colocá-lo no fundo de um poço não impedirá sua manifestação. Pelo contrário, poderá dar-lhe forças.

As ações escolares para combater o bullying devem ser no sentido de preveni-lo, onde mais que seguir uma conduta, o aluno possa dar sentido à ela, considerando a si e ao outro parte do mundo. Quando algo é questionado e pensado, propicia a tomada de consciência de sua dimensão e importância. O outro poderá ser visto como alguém que também tem sentimentos.

Um trabalho nesse sentido deve fazer parte do dia a dia de uma escola e envolver a família dos alunos. Muito do que somos e como nos expressamos tem sua origem lá. É necessário que ambos ajudem os jovens a se construir como pessoas, não só no que aprendem, mas como agem.

Provavelmente a indenização não servirá de reparação para nada no caso do acontecimento mineiro. Porém, não deixa de ter a função de consolo para a vítima e sua família. Para outros possíveis casos, vale a pena investir na prevenção.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/opiniao-vale-pena-investir-em-prevencao-para-evitar-o-bullying.html>

**01.** Assinale a alternativa que apresenta uma leitura correta do texto.

- a) Bullying é um termo usado para descrever a vitimização de uma pessoa por outra, por meio apenas de ofensas verbais, com o intuito de demonstrar seu poder.
- b) Em todos os casos denunciados de bullying, os agressores são penalizados com multas.
- c) Indenizar, segundo o texto, é uma forma de compensação.
- d) O cyberbullying é ainda mais grave que o bullying.
- e) Bullying é um ato violento que se restringe ao ambiente escolar.

**02.** Assinale a alternativa cuja palavra ou expressão entre parênteses NÃO substitui corretamente a anterior a ela.

- a) Quando (**Na hora em que**) uma pessoa se sente prejudicada pelo ato de outra, uma das formas de ser compensada é por uma indenização financeira, conseguida através do Poder Judiciário. Indenizar quer dizer reparar... (1º parágrafo)
- b) Têm certas coisas que (**as quais**) dificilmente vão ser reparadas pelo dinheiro, principalmente quando dizem respeito à esfera moral. (2º parágrafo)
- c) Todo mundo já ouviu falar do bullying, que (**o qual**) apesar de ser um fenômeno antigo e permear todos os tipos de relações sociais, parece algo moderno e

que se restringe à relação entre alunos de uma escola. (3º parágrafo)

d) A vítima geralmente (**nomeadamente**) tem características pessoais mais frágeis como, por exemplo, ser tímido ou apresentar algum aspecto físico marcante. (5º parágrafo)

e) Provavelmente (**Possivelmente**) a indenização não servirá de reparação para nada no caso do acontecimento mineiro. (14º parágrafo)

**03.** Assinale a alternativa em que a reescrita proposta em negrito NÃO preserva o sentido ou NÃO está de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa.

a) A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno. (8º parágrafo) / **A garota também não interpretou dessa forma e recorreu à escola, a qual disse ter tomado atitudes a fim de mudar o comportamento do aluno.**

b) Porém, as ofensas continuaram, sendo necessária a interferência da Justiça. (8º parágrafo) / **No entanto, as ofensas continuaram; sendo necessária, por conseguinte, a interferência da Justiça.**

c) Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido. (9º parágrafo) / **Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido.**

d) Esse tipo de violência tem acontecido muito em ambiente escolar. (10º parágrafo) / **Esses tipos de violência têm acontecido muito em ambiente escolar.**

e) Pelo contrário, poderá dar-lhe forças. (11º parágrafo) / **Pelo contrário, poderá dar forças a ela.**

**04.** Em “Há versões modernas como o cyberbullying, que são agressões via internet ou celular.” (10º parágrafo), a palavra em destaque pode ser corretamente substituída por

- a) Tem
- b) Têm
- c) Existe
- d) Existem
- e) houveram

**05.** A alternativa em que o verbo não possui a mesma regência do verbo destacado abaixo é

“A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno, como transferi-lo de sala e reprendê-lo.” (8º parágrafo)

a) “Não acredito que a indenização vá cicatrizar a ferida de um ou transformar a conduta do outro.” (9º parágrafo)

b) “terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo)

c) “Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo)

d) “Pelo contrário, poderá dar-lhe forças.” (11º parágrafo)

e) “Na verdade, a repressão impede uma mudança efetiva.” (10º parágrafo)

**06.** Em “Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo), o pronome em destaque retoma

- a) “ambiente escolar”
- b) “rapaz”
- c) “justiça”
- d) “Esse tipo de violência”
- e) “escola”

**07.** Observe o fragmento abaixo:

“Apesar desses atos serem frequentes, pouco espaço tem existido nas escolas para reflexão, havendo apenas ações repressivas quando eles vêm à tona.” (11º parágrafo)

Julgue as afirmações e marque a alternativa correta

I – A fim de preservar o padrão formal e culto, deve haver a separação dos vocábulos “de” e “esses”, da seguinte forma: “Apesar **de esses** atos serem frequentes”.

II – O verbo “tem”, na locução “tem existido” deve concordar com “escolas”, por isso deve receber acento circunflexo: **têm existido**.

III – O pronome “eles” retoma “esses atos”.

a) Somente a afirmação I está correta.



- b) Somente a afirmação III está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

**08.** Em “Quando algo é questionado e pensado, propicia a tomada de consciência de sua dimensão e importância.” (12º parágrafo), a palavra destacada tem valor de:

- a) tempo
- b) alternância
- c) concessão
- d) condição
- e) concessão

**09.** Marque a alternativa em que a reescrita do excerto abaixo preserve o sentido e a correção gramatical.

“Em Belo Horizonte, um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem, praticado o bullying.” (6º parágrafo)

- a) Um jovem foi condenado, em Belo Horizonte, a pagar o valor de R\$ 8 mil a uma antiga colega de classe, por ter, segundo dizem, praticado o bullying.
- b) Em Belo Horizonte um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o valor de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem praticado o bullying.
- c) Um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe cerca de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem em Belo Horizonte, praticado o bullying.
- d) Em Belo Horizonte, um jovem foi detido e obrigado à pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter segundo dizem praticado o bullying.
- e) Um jovem foi condenado a pagar, a uma antiga colega de classe, o valor de R\$ 8 mil, devido à ter – segundo dizem em Belo Horizonte – praticado o bullying.

**10.** Julgue as afirmações e marque a alternativa correta a respeito dos elementos linguísticos da oração “que se restringe à relação entre alunos de uma escola”. (3º parágrafo)

I – O pronome átono “se” pode se posicionar após o verbo “restringe”, mantendo-se a correção gramatical.

II – O acento indicativo de crase em “à relação” é facultativa.

III – O vocábulo “que”, em “que se restringe” é um pronome relativo.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações II e III estão corretas.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

**11.** Segundo a LODERJ, não compete aos juízes de direito em matéria de família:

- a) processar e julgar ações de nulidade e anulação de casamento, divórcio e as demais relativas ao estado civil, bem como as fundadas em direitos e deveres dos cônjuges e companheiros, inclusive com relação aos filhos, ressalvadas as de competência das varas da infância, da juventude e do idoso.
- b) suprir o consentimento do cônjuge e, em qualquer caso, o dos pais ou tutores, para o casamento dos filhos ou tutelados, ressalvada a competência das varas da infância, da juventude e do idoso.
- c) praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção da pessoa dos incapazes e à administração de seus bens, ressalvada a competência das varas da infância, da juventude e do idoso e de órfãos e sucessões.
- d) conceder aos pais, ou representantes de incapazes, nos casos previstos em lei, autorização para a prática de atos dela dependentes.
- e) processar, exceto cumprir as precatórias, mesmo que pertinentes à matéria de sua competência.

**12.** Nos termos da LODERJ, compete aos juízes de direito em matéria de registro civil de pessoas naturais.

- a) processar e julgar os feitos contenciosos e administrativos, relativos aos registros públicos.
- b) exercer as atribuições relativas ao registro civil, inclusive a celebração de casamentos.

- c) abrir os testamentos cerrados e codicilos e decidir sobre a aprovação dos testamentos particulares, ordenando, ou não, o registro, a inscrição e o cumprimento deles e dos testamentos públicos.
- d) execuções fiscais e demais ações que lhes sejam correlatas.
- e) processar, julgar e praticar todos os atos concernentes aos direitos de crianças e adolescentes, nas situações previstas nas respectivas legislações.

**13.** Considerando a Lei n.º 4.620/2005, o regulamento sobre a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos poderá estabelecer jornada de trabalho especial de, -----, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração constante do Anexo III desta Lei, de acordo com os respectivos padrões de vencimento. Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna acima:

- a) no mínimo, 40 horas semanais.
- b) no mínimo, 36 horas semanais.
- c) no mínimo, 26 horas semanais.
- d) no mínimo, 20 horas semanais.
- e) no máximo, 20 horas semanais.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**14.** Os servidores do estado do Rio de Janeiro podem receber gratificação pela prestação de serviço extraordinário, que, de acordo com o Decreto nº 2.479/1979:

- a) se destina a remunerar as atividades executadas fora do período normal de trabalho, no desempenho de seu cargo efetivo ou em comissão.
- b) é vedada a prestação de serviço extraordinário em outro órgão que não o de lotação do funcionário.
- c) o limite para a prestação do serviço extraordinário é de duas horas diárias, não se admitindo aumento dessa carga horária, ainda que haja concordância do funcionário.
- d) o pagamento da gratificação não poderá exceder, em cada mês, a cinquenta por cento do valor do vencimento do servidor.

- e) a gratificação é devida mesmo quando o servidor atue no exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

**15.** À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão administrativo do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) fundo especial do Tribunal de Justiça
- d) escola de administração judiciária
- e) turmas recursais dos juizados

**16.** À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar

- a) parecer, rotina administrativa e ordem de serviço.
- b) memorando, parecer e certidão
- c) parecer, rotina administrativa e manual
- d) ofício, declaração e atestado
- e) atestado, memorando e declaração.

**17.** A Ordem de Serviço é instrumento utilizado para transmitir, no âmbito interno da unidade organizacional, ordens uniformes aos respectivos subordinados visando organizar as atividades da estrutura interna, indicando a maneira de ser conduzido determinado serviço ou atividade.

A Ordem de Serviço proveniente do Juiz de Direito terá sua eficácia sujeita a prévia homologação do Corregedor-Geral da Justiça, a qual deve ser encaminhada

- a) exclusivamente por malote digital, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.
- b) exclusivamente por mensageiro, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.

- c) exclusivamente por malote digital ou mensageiro, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.
- d) exclusivamente pela via posta, com assinatura física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.
- e) exclusivamente pelo e-mail institucional, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.

**18** Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Provimento é instrumento de caráter normativo interno e externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.
- b) Convocação é instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo.
- c) Aviso é instrumento pelo qual se convoca Magistrados e servidores para participarem de atividades administrativas;
- d) Ato Reservado é instrumento, por meio do qual, o Corregedor-Geral da Justiça dá ciência aos Magistrados de decisões judiciais, exaradas em processos judiciais ou administrativos, que tramitam em segredo de justiça.
- e) Convocação é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

**19.** A Lei nº 13.146/2015 assegura a habilitação e reabilitação profissional, além da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho. Sobre este último tema, assinale a alternativa correta:

- a) A colocação competitiva deve ocorrer de modo que a entidade empregadora não tenha gastos com a adaptação do ambiente de trabalho para a pessoa com deficiência.
- b) A colocação competitiva não prevê a prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.

- c) Os recursos de tecnologia assistiva são de total responsabilidade da pessoa com deficiência.
- d) As previsões do Estatuto da Pessoa com Deficiência não se aplicam às entidades contratadas para a realização de processo seletivo público ou privado.
- e) Uma das diretrizes da colocação competitiva é a oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**20.** Acerca de valores e virtudes, ética e moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Ética é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da Moral.
- b) A Ética tem distanciado bastante dos Direitos Humanos enquanto critério de justiça uma vez que tem caráter subjetivo e os Direitos Humanos aspectos bastante concretos e objetivos.
- c) A Moral está relacionada às ideias de certo e errado, ou à forma como as pessoas adotam determinadas condutas.
- d) A ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para escolha da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana
- e) Os valores são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21.** Caso a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprove lei de efeitos concretos que, após aplicada, gerar prejuízos a determinadas pessoas, sabe-se que:

- a) a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro deverá responder pelo referido prejuízo.
- b) o Estado do Rio de Janeiro deverá responder pelo referido prejuízo.
- c) a responsabilidade civil do Estado não alcança, em nenhuma hipótese, a atividade legiferante.

d) o Estado somente irá responder caso reste declarada a inconstitucionalidade da lei em sede de controle concentrado.

e) o Estado somente irá responder caso a lei não tenha sido aprovada por unanimidade da casa legislativa.

**22.** As certidões emitidas pela administração pública são atos administrativos:

a) constitutivos.

b) ordinatórios.

c) negociais.

d) imperativos.

e) irrevogáveis.

**23.** Nos termos previstos na Lei 8.666/1993, não é requisito para a licitação da obra de construção de um hospital público:

a) projeto básico aprovado pela autoridade competente.

b) recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações contratuais no exercício financeiro em curso.

c) recursos financeiros que assegurem o pagamento das obrigações contratuais durante todo o ciclo de vida da obra.

d) orçamento detalhado, incluindo a composição dos custos unitários.

e) projeto básico disponível para exame dos interessados.

**24.** Quanto à exigência de garantia daqueles que são contratados pelo poder público, assinale a alternativa correta à luz da Lei 8.666/1993:

a) é limitada, em regra, a 1% do valor estimado da contratação.

b) é limitada, em regra, a 10% do valor do contrato.

c) a Administração deverá exigir a prestação de garantia sempre que estiver diante das contratações de obras, serviços e compras.

d) o particular escolherá a modalidade de garantia, entre as alternativas legalmente permitidas.

e) consiste em condição de habilitação dos licitantes, devendo ser depositada antes do oferecimento da proposta.

**25.** Em relação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal atinente aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

a) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.

b) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

c) Os servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.

d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.

e) A garantia do salário mínimo refere-se a uma parcela da remuneração do servidor público denominada vencimento básico, sendo aplicável ainda que o valor global exceda o mínimo legal.

**26.** A prestação dos serviços locais de gás canalizado é competência:

a) municipal, admitindo-se a delegação a empresa estatal mediante concessão.

b) estadual, admitindo-se a delegação a empresa estatal mediante concessão.

c) concorrente entre municípios e o respectivo estado.

d) concorrente entre municípios e a União.

e) municipal, não se admitindo a delegação de sua prestação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**27.** Duas autoridades estaduais, sendo um deles Lécio, Procurador-Geral de Justiça e o outro Lúcio, juiz de direito, são acusados de terem cometido o crime de homicídio. Já Ladir, promotor de justiça do mesmo Estado, praticou o crime de tortura. Pode-se afirmar que, conforme o que estabelece a atual Constituição:

a) Lécio deverá ser julgado pelo STJ, mas Ladir não possui foro por prerrogativa de função, sendo o crime de tortura inafiançável.



b) As três autoridades serão julgadas pelo Tribunal de Justiça, caso a Constituição do Estado não disponha de forma diversa em relação ao Procurador-Geral de Justiça.

c) Lúcio deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri. Além disso, todos os crimes cometidos são insuscetíveis de graça ou anistia.

d) Lécio e Lúcio deverão ser submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri, caso a Constituição do Estado não tenha estabelecido for especial perante o Tribunal de Justiça respectivo.

e) Os crimes mencionados são imprescritíveis, mas Lécio deverá ser julgado pelo STJ, enquanto Lúcio irá a júri e Ladir será julgado pela instância ordinária da Justiça Estadual.

**28.** Zineu, brasileiro nato que atualmente possui 65 anos de idade, aposentou-se como advogado, mas ainda goza de grande prestígio entre os profissionais do meio. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, a par de sua reputação de ser um advogado desonesto, decide indicá-lo para integrar o corpo de ministros da Suprema Corte. Considerando o que dispõe a Constituição Federal, é possível concluir que:

a) Poderá ser escolhido para compor o STF, desde que seu nome seja aprovado pela maioria absoluta do Senado.

b) Caso seu nome seja aprovado e posteriormente venha a cometer crime de responsabilidade, deverá ser julgado pelo Senado Federal.

c) Zineu, caso seja finalmente escolhido para ocupar o cargo, poderá exercê-lo até os 75 anos de idade, quando deverá se aposentar.

d) Zineu deverá ser indicado pelo Presidente da República, mas não poderá presidir o órgão, em virtude de ter atingido a idade-limite para a função.

e) Jamais poderia tornar-se ministro do STF, ainda que fosse indicado pelo Presidente da República.

**29.** O prefeito do município X, ao tomar conhecimento da ocorrência de inúmeros conflitos envolvendo invasores e proprietários de terras rurais em seu território, decide estabelecer uma série de regras para disciplinar o aproveitamento de terras improdutivas. Assim, elaborou projeto de lei versando sobre atividades agrárias desenvolvidas no campo, bem como sobre limites e condições para a promoção da desapropriação. De acordo com o disposto na CF/88, se aprovada, a referida lei será:

a) Inconstitucional, por evidente invasão de competência privativa da União para legislar sobre os temas em análise.

b) Constitucional, ao prever regras específicas para a realidade do município, privilegiando o interesse local.

c) Inconstitucional apenas no que diz respeito à disciplina das questões agrárias, mas válida ao tratar da desapropriação, tema a ser abordado e forma conjunta por todos os entes federados.

d) Constitucional, desde que o regulamento da matéria tenha sido expressamente delegado aos municípios por meio de lei complementar da União.

e) Constitucional, desde que observado o regramento legal proveniente da União e do Estado ao qual o município pertence.

**30.** Kalina, empregada doméstica, decidiu abandonar o emprego, por não dispor de condições para custear uma babá ou creche para seu filho Kauê, de 6 anos de idade. Assim, contando com o dinheiro depositado em sua conta do FGTS, além do seguro-desemprego, espera poder encontrar uma função compatível com sua pretensão salarial e, durante esse período, ficará em casa cuidando do filho. Considerando as normas previstas na Constituição da República sobre os direitos sociais,

a) Kalina, como empregada doméstica, não possui direito ao FGTS, mas não precisava ter se demitido, já que poderia contar com a gratuidade do serviço de creche para Kauê.

b) Kalina tomou a decisão correta, uma vez que a Kauê não se aplica a assistência gratuita em creches, mas ela dispõe do direito ao FGTS e ao seguro-desemprego.

c) Kalina não poderá contar com a assistência gratuita a Kauê em creche ou pré-escola e, embora possua

direito ao FGTS, não terá assegurado, nessa situação, o seguro-desemprego.

- d) Kalina poderia ter sugerido ao empregador a prestação do serviço em jornada de 6 horas em turnos ininterruptos de revezamento.
- e) Kalina não tem direito, na qualidade de empregada doméstica, ao seguro-desemprego, mas certamente poderá contar com os recursos advindos do FGTS.

**31.** Felício e Darimar pretendem ingressar no serviço público, a fim de exercer atividades relacionadas às funções essenciais à justiça, seguindo as regras previstas na CF/88. Felício tem predileção pela defensoria pública estadual, entendendo que não se exige a comprovação de três anos de atividade jurídica para a ocupação dos cargos nesse órgão, além de entender que diversas garantias aplicáveis aos membros do Ministério Público, como a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade dos subsídios, são comuns aos defensores. Darimar, por outro lado, tenciona tornar-se Advogado-Geral da União e, assim, não precisaria se submeter à aprovação em concurso público. Pode-se afirmar que, em relação às pretensões demonstradas:

- a) Felício está iludido, uma vez que deverá comprovar os três anos de prática jurídica para tornar-se defensor, sem contar que os membros da defensoria não dispõem da garantia da vitaliciedade.
- b) Felício está iludido, uma vez que não há que se falar em irredutibilidade de subsídios aos membros das defensorias, que são remunerados sob a forma de vencimentos.
- c) Darimar, ao contrário do que pensa, deverá prestar concurso, uma vez que o Advogado-Geral da União é escolhido dentre membros da carreira da advocacia pública.
- d) Ambos estão iludidos, já que o Advogado-Geral da União é escolhido dentre os membros da carreira e os defensores públicos não dispõem das garantias da inamovibilidade e da vitaliciedade.
- e) Ambos estão corretos, sob o ponto de vista apresentado, já que aos membros da defensoria estendem-se as mesmas garantias e vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público, sendo, além disso, o Advogado-Geral da União de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.

**32.** Suponha que um terço das Assembleias Legislativas da Federação tenham enviado proposta de Emenda Constitucional ao Congresso, introduzindo novas regras relacionadas às Forças Armadas. Nessas condições, segundo o procedimento descrito na própria Constituição Federal para a modificação de seu texto, é correto afirmar que:

- a) A proposta de emenda em questão somente poderia ter sido apresentada pelo Presidente da República, detentor de iniciativa privativa em relação à matéria.
- b) A Constituição não pode ser emendada pela iniciativa de um terço das Assembleias Legislativas, mas a matéria objeto da proposta não constitui cláusula pétrea.
- c) A proposta poderá ser objeto de deliberação, desde que já não tenha sido rejeitada em momento anterior.
- d) Como se trata de matéria reservada à iniciativa do Presidente da República, somente a sanção do chefe do Poder Executivo poderá convalidar o vício formal no processo legislativo mencionado.
- e) A propositura da referida emenda não encontra óbice no texto constitucional, mas a maioria absoluta dos membros de cada uma das Assembleias Legislativas deverá ter manifestado concordância em relação ao projeto.

## DIREITO CIVIL

**33.** À respeito da capacidade civil, é correto afirmar:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, não alcançando o nascituro no que concerne aos direitos da personalidade.
- b) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa menor de 16 anos.
- c) Os indígenas são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- d) Cessar, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

e) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.

**34.** Lucas é advogado e vive com sua esposa e seu filho, menor de idade, em Niterói - RJ. Ele trabalha quatro dias da semana em um escritório localizado na capital do Rio de Janeiro e lá fica sozinho instalado em um apartamento que mantém alugado. Nas férias escolares do seu filho, a família costuma ir para uma casa em Búzios – RJ. Certo dia, Lucas e a esposa sofreram um acidente de carro e ficaram em coma. Os pais de Lucas, que moram na capital de São Paulo, foram nomeados curadores do casal e tutores do filho menor. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Após o acidente, o domicílio do menor continua sendo Niterói.
- b) Antes do acidente, a capital do Rio de Janeiro não era considerada domicílio de Lucas.
- c) Antes do acidente, Búzios era considerado domicílio de Lucas.
- d) Antes do acidente, Niterói e a capital Rio de Janeiro era considerados como domicílio da esposa de Lucas.
- e) Antes do acidente, o domicílio da esposa de Lucas era Niterói.

**35.** Para ajudar a custear o tratamento médico de sua mãe, Romário vendeu seu próprio apartamento. Pela necessidade e urgência de obter recursos, Romário ofereceu o imóvel pelo montante de 100 mil reais, embora o valor real de mercado do veículo fosse de 200 mil reais. Sabendo da oferta, Rivaldo ofereceu 90 mil reais pelo apartamento, o que foi aceito por Romário. Essa situação configura:

- a) dolo essencial, sendo o negócio jurídico anulável.
- b) dolo accidental, sendo o negócio jurídico nulo.
- c) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.
- d) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
- e) erro substancial, sendo o negócio jurídico nulo.

**36.** Com relação à prescrição e decadência civil, é correto afirmar:

- a) Os prazos de prescrição, assim como os de decadência, podem ser alterados por acordo das partes.

b) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

c) A prescrição pode ser alegada até a prolação da sentença, pela parte a quem aproveita.

d) Não se aplicam, em qualquer caso, à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, e o juiz pode suprir a alegação.

**37.** “Em outras palavras, duas pessoas celebram um negócio jurídico cujo desiderato é favorecer a situação jurídica patrimonial de um estranho ao ato de autonomia privada; este acaba adquirir um direito próprio a esta vantagem, convertendo-se em credor do promitente” (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil. Contratos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. v. 4. p. 487). Trata-se de:

- a) Contrato com pessoa a declarar.
- b) Promessa de fato de terceiro.
- c) Estipulação em favor de terceiro.
- d) Contrato aleatório.
- e) Contrato preliminar.

**38.** Formalizado determinado contrato, será possível a sua resolução por onerosidade excessiva:

- a) Independentemente de ser um contrato de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, ainda que sem vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários, mas previsíveis.
- b) Independentemente de ser um contrato de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
- c) Somente se tratar de um contrato de execução diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e previsíveis.

- d) Somente se tratar de um contrato de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
- e) Independentemente de ser um contrato de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, ainda que sem vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**39.** A competência poderá ser modificada por convenção entre as partes. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) A competência em razão da matéria, do lugar e do valor é derogável por convenção das partes.
- b) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- c) A eleição do foro poderá ocorrer de modo expresso ou tácito por tratar-se de manifestação da autonomia da vontade das partes.
- d) O foro contratual eleito é personalíssimo e, por isso, não obriga herdeiros e sucessores.
- e) A cláusula de eleição de foro não pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, cabendo à parte alegar.

**40.** As *astreintes*, uma espécie de multa processual, configuram um importante mecanismo de execução indireta, buscando coagir o devedor ao cumprimento da obrigação mediante a imposição de multa pecuniária. Sobre o tema, é correto:

- a) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.
- b) a multa poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória, na sentença ou na fase de execução, ainda que seja insuficiente e incompatível com a obrigação.
- c) o valor da multa, assim como a cláusula penal dos contratos, está limitado ao valor da obrigação principal.

d) a decisão que fixa a multa não é passível de cumprimento provisório, devendo-se aguardar a liquidação da sentença para a fixação do montante a ser pago e posterior trânsito em julgado.

e) a aplicação de multa depende de requerimento da parte.

**41.** Os auxiliares da justiça são todos aqueles que participam do processo para implementar a prestação jurisdicional, a exemplo do escrivão, do oficial de justiça, o perito e o depositário. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

a) O escrivão ou chefe de secretaria devem manter sob sua guarda e responsabilidade os autos, não permitindo que saiam do cartório, exceto com vista a procurador, à Defensoria Pública, ao Ministério Público ou à Fazenda Pública.

b) Ao perito, ao contrário do que ocorre com o magistrado e com o membro do Ministério Público, não podem ser opostas as causas de impedimento e suspeição pois, como auxiliar da justiça, cobre-se de imparcialidade.

c) Os peritos deverão ser nomeados tendo por base, exclusivamente, o cadastro mantido pelo Tribunal ao qual o juiz está vinculado.

d) O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo de 15 (quinze) dias, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

e) O perito poderá ser responsabilizado quando agir com dolo ou fraude na prestação de informações inverídicas.

**42.** Os atos processuais são aqueles realizados no processo e que têm por consequência imediata a constituição, a conservação, o desenvolvimento, a modificação ou a extinção de um processo. Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

b) O juiz controlará a validade das convenções a requerimento da parte, recusando-lhes aplicação



somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

- c) A fixação de calendário processual é ato que depende apenas de comum acordo entre as partes.
- d) O calendário vinculará as partes e o juiz, e os prazos poderão ser modificados sempre que houver necessidade.
- e) Ainda que haja calendário processual estipulado, as partes deverão ser intimadas para a prática dos atos processuais em respeito ao devido processo legal.

**43.** O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) foi uma das grandes inovações introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Sobre o referido incidente, assinale a alternativa correta.

- a) Para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado, é necessário que não haja afetação de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal sobre a mesma questão de direito.
- b) Não é obrigatória a ocorrência de repetição de demandas judiciais envolvendo a mesma questão de direito para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.
- c) É obrigatória a ocorrência de repetição de processos envolvendo a mesma questão de fato ou de direito para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.
- d) É obrigatória a exigência de custas processuais para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.
- e) A participação do Ministério Público é facultativa e dependerá da matéria sob análise pelo Tribunal.

**44.** Ação rescisória é a ação por meio da qual se pede a desconstituição de decisão transitada em julgado, com eventual rejuízo, a seguir, da matéria nela julgada. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- a) A sentença homologatória de acordo pode ser impugnada por ação rescisória, desde que após o seu trânsito em julgado.
- b) A legitimidade de propositura da ação rescisória cabe a quem foi parte no processo ou ao seu sucessor a título universal ou singular, bem como a Ministério

Público em determinadas hipóteses. O terceiro, ainda que juridicamente interessado, não tem legitimidade.

- c) Em se tratando de prova nova, cuja existência era ignorada pelo autor da ação rescisória, esta será admitida quando se tratar de prova documental.
- d) A ação rescisória é cabível contra decisões interlocutórias e decisões monocráticas, desde que tenham transitado em julgado e sejam decisões de mérito.
- e) A ação rescisória só é admitida contra sentenças definitivas, pois busca rescindir o mérito da decisão.

### DIREITO PENAL

**45.** José, brasileiro, praticou crime de estupro contra Juanita, cidadã argentina. O fato ocorreu a bordo de uma embarcação privada, de bandeira brasileira, quando esta se encontrava navegando em alto-mar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da bandeira ou pavilhão
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva
- e) não será aplicável a lei penal brasileira

**46.** José, em estado de embriaguez culposa, foi obrigado por Ricardo a subtrair dois aparelhos celulares de uma loja dentro de um shopping center. Ricardo, munido de uma arma de fogo, afirmou que se José não realizasse o furto, pagaria com a própria vida. José, então, subtraiu os dois aparelhos e os entregou a Ricardo. Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) Não responderá pelo crime, em razão da inimputabilidade pela embriaguez
- b) Não responderá pelo crime, em razão da coação física irresistível
- c) Não responderá pelo crime, em razão da obediência hierárquica

- d) Não responderá pelo crime, em razão da coação moral irresistível
- e) deverá responder pelo furto, com redução de pena

**47.** José conta ao amigo Pedro que pretende realizar um furto à residência de Maria, que se encontra viajando. Para tanto, afirma que precisa de um veículo com um porta-malas avantajado, e pede a Pedro que empreste seu carro para a empreitada criminosa. Pedro, então, aceita participar do furto, emprestando o carro a José. No dia acordado, José se dirige sozinho à casa de Maria, mas é surpreendido por Paulo, marido da vítima, que não havia viajado.

Para conseguir realizar a subtração, José emprega violência e grave ameaça contra Paulo, vindo a praticar um crime de roubo, crime mais grave que o furto originalmente pretendido.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José e Pedro devem responder pelo crime de roubo, de acordo com a teoria monista
- b) José e Pedro devem responder pelo crime de furto, de acordo com a teoria monista
- c) Pedro deverá responder pelo crime de roubo apenas se previsível a ocorrência desse crime mais grave
- d) Pedro deverá responder pelo crime de roubo, mas com redução de pena até metade
- e) Pedro deverá responder pelo crime de furto, mas sua pena será aumentada até metade na hipótese de ter sido previsível o roubo

**48.** Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) Caso um mesmo agente falsifique documento público e posteriormente use o referido documento, deverá responder pelos crimes de falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material
- b) É típica a conduta daquele que atribui a si mesmo falsa identidade perante a autoridade policial, ainda que em alegada situação de autodefesa
- c) O crime de falsidade ideológica exige apenas o dolo genérico para sua configuração

- d) O fato de se tratar de falsificação grosseira não afasta a caracterização do crime de moeda falsa
- e) O testamento particular é equiparado a documento particular para fins penais

**49.** José, servidor do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocupante de cargo em comissão, recebeu diárias pagas pelos cofres públicos para custeio de viagem que deveria ser realizada a trabalho, mas que nunca foi realizada por José, tendo este se apropriado dos valores. O valor total do prejuízo soma R\$ 2.500,00.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) Praticou crime de corrupção passiva
- b) Praticou crime de peculato-apropriação, com aumento de pena de um terço
- c) Não praticou crime, pelo princípio da insignificância
- d) Praticou crime de peculato-apropriação, sem majoração
- e) Praticou crime de peculato-apropriação, mas se reparar o dano antes da sentença irrecorrível, estará extinta a punibilidade

**50.** Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- a) José assumiu, perante a autoridade policial, a prática de um crime que teria sido praticado por seu filho Pedro. Nesse caso, José deverá responder pelo crime de comunicação falsa de crime ou contravenção
- b) O crime de falso testemunho não se verifica quando a testemunha faz afirmação falsa em processo administrativo
- c) O advogado que defende, na mesma causa, sucessivamente, partes com interesses contrários, pratica o crime de patrocínio sucessivo
- d) O crime de denúncia caluniosa não se verifica se a imputação falsa é relativa à prática de contravenção penal
- e) O crime de exercício arbitrário das próprias razões só se verifica se há violência

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

51. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) como regra, o inquérito policial deverá se encerrar em até 10 dias, contados da instauração, no caso de indiciado preso
- b) conforme entendimento do STF, o Ministério Público pode investigar, bem como pode presidir o inquérito policial
- c) a notícia anônima de fatos criminosos é apta a ensejar, por si só, a instauração de inquérito policial
- d) A indispensabilidade é uma das características marcantes do inquérito policial
- e) o arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova

52. José, residente em Petrópolis-RJ, praticou crime de ação penal privada em desfavor de Maria, residente em Belford Roxo-RJ. O crime ocorreu na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Nesse caso, é correto afirmar que Maria, ao ajuizar queixa-crime:

- a) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca do Rio de Janeiro-RJ
- b) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Petrópolis-RJ
- c) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Belford Roxo-RJ
- d) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Petrópolis-RJ ou do Rio de Janeiro-RJ
- e) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Belford Roxo-RJ ou do Rio de Janeiro-RJ

53. O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo se:

- a) for credor do réu
- b) tiver aconselhado qualquer das partes
- c) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo
- d) ele próprio houver desempenhado anteriormente, no mesmo caso, a função de delegado de polícia
- e) for amigo íntimo de uma das partes

54. Acerca das citações e intimações, julgue os itens a seguir:

- I – Caso o réu resida no estrangeiro, em local sabido, deverá ser citado mediante carta precatória
- II – No caso de citação por edital, deverá o Juiz suspender o processo e o curso do prazo prescricional, ainda que o réu constitua advogado
- III – Caso o réu esteja se ocultando para não ser citado, deverá ser determinada sua citação por hora certa
- IV – O MP e o defensor nomeado devem ser intimados sempre pessoalmente

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) III e IV
- c) II e III
- d) I e IV
- e) II e IV

55. Em determinado inquérito policial instaurado em razão da prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), o Juiz concedeu liberdade provisória ao indiciado, mediante o pagamento de fiança. Nesse caso:

- a) A própria autoridade policial poderia ter arbitrado fiança
- b) caso o afofiançado venha a se ausentar de sua residência por mais de 08 dias, sem comunicar tal fato ao Juiz competente, a fiança deverá ser cassada

- c) vindo o afiançado a praticar nova infração penal, dolosa ou culposa, será considerada quebrada a fiança
- d) eventual quebração da fiança concedida importará na perda de metade do valor pago
- e) a ausência injustificada do afiançado a qualquer ato do processo não importa quebração da fiança

**56.** José e seu advogado firmaram acordo de não persecução penal com o Ministério Público, para que o investigado não fosse denunciado pela prática do crime de furto qualificado. O Juízo, no entanto, entendendo insuficientes as condições ajustadas, recusou homologação ao acordo. Nesse caso, se a defesa de José pretender impugnar a decisão, deverá manejar:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- c) apelação, no prazo de 05 dias
- d) apelação, no prazo de 10 dias
- e) mandado de segurança, eis que não há recurso previsto em lei

### LEGISLAÇÃO

**57.** Considere

- I –proposição de projetos de normas.
- II - permuta ou remoção compulsória dos Desembargadores.
- III - concessão de licença aos Desembargadores.
- IV - permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

**58.** Um jurista, para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro será nomeado pelo

- a) presidente da República, entre três advogados escolhidos pelo Tribunal Pleno do TJ-RJ
- b) governador do Rio, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ.
- c) governador do estado do Rio, entre três advogados indicados pelo plenário do TJ-RJ
- d) presidente do TRE/RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ
- e) presidente do TJ-RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ

**59.** Ao \_\_\_\_\_ compete supervisionar e avaliar o primeiro biênio de exercício dos Juízes de primeiro grau, opinando sobre a aquisição ou não da vitaliciedade.

Preenche corretamente a lacuna acima

- a) Corregedoria-Geral de Justiça
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

**60.** Ao \_\_\_\_\_ compete julgar os conflitos de competência entre o Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal.

Preenche corretamente a lacuna acima

- a) Corregedoria-Geral de Justiça
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Seção Cível

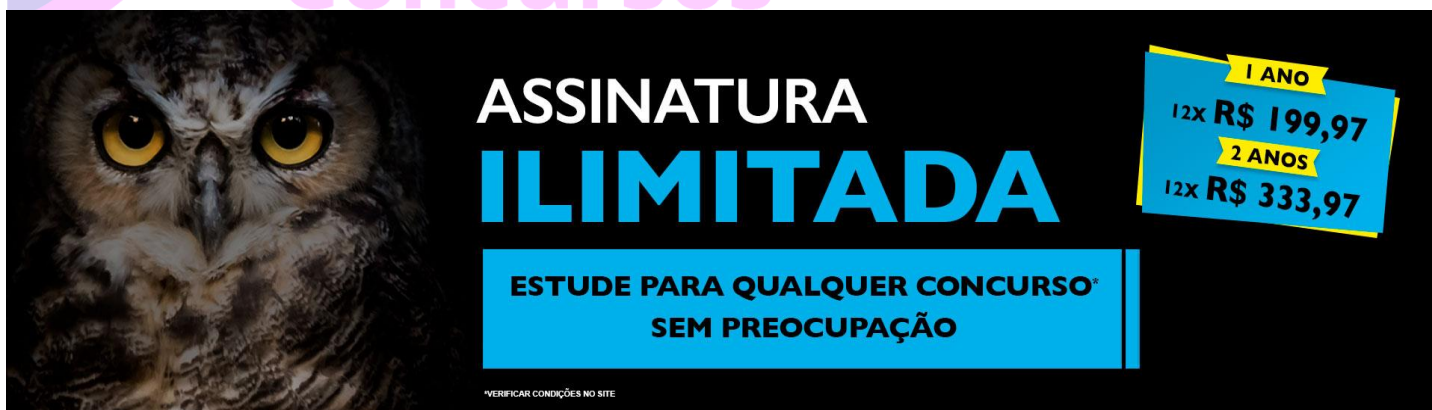


## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-28-03>

*Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE